



COMUNICAÇÃO

FNDC lança campanha em defesa da comunicação pública

PÁG. 4

SETOR ELÉTRICO

Privatização ameaça 7.500 empregos

PÁG. 6

CIDADE

Diretor do SENGE-RJ participa de debate em Quito

PÁG. 7

FISENGE

Definido tema do 11º CONSENGE

PÁG. 7

ESTUDANTES NA LUTA



OCUPAÇÕES EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES PROTESTAM CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDICO E A PEC 55

PÁGINA 3

Foto: Adriana Medeiros



SENGE-RJ 85 ANOS

Celebração destacou papel da engenharia nas lutas do Brasil. Pág. 5

AO VENCEDOR AS BATATAS... E AS DÍVIDAS

Terminado o segundo turno das eleições municipais, eis que uma nova onda midiática conservadora quer nos fazer crer que as forças de esquerda e progressistas foram amplamente derrotadas e, portanto, o golpe parlamentar-judicial contra Dilma está legitimado nas urnas. E o que é pior, a agenda de contrarreformas do governo Temer tem o sinal verde da maioria da população. Nada mais falso. Nossa leitura é outra. Basta observar com maior atenção os resultados numéricos.

Se analisarmos o caso do Rio de Janeiro, em números redondos os não-votos somaram cerca de 2 milhões enquanto Crivella somou 1,7 milhão e Freixo 1,1 milhão. A grande maioria da população desaprovou ambas as candidaturas. Nem o conservadorismo do bispo nem o projeto das forças de esquerda receberam a aprovação necessária para colocar um dos dois em primeiro lugar. Crivella ficou em segundo e nessa condição governará a cidade.

Uma análise mais acurada do que aconteceu em todo o país nos permite afirmar que houve uma reprovação geral ao velho estilo de fazer política. A população brasileira está cansada de tanto fisiologismo, loteamento de cargos e ocupação predatória do aparelho de estado. Isto, no entanto, se fez eleitoralmente sem muito compromisso ideológico e daí se explicam as vitórias do PSDB. Também não devemos esquecer que o grupo político mais deletério, abjeto e prejudicial ao estado do Rio de Janeiro o do PMDB de Cabral & Paes, foi solenemente defenestrado e esperamos que definitivamente.

Seis meses de retrocesso

MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND

O desgastado governo do golpista Michel Temer (PMDB) acabou de completar seis meses e, numa ofensiva publicitária para enganar incautos, a equipe de comunicação está divulgando vídeo tentando demonstrar a mentira segundo a qual está tudo melhor.

É apresentado como saldo positivo, vejam só, um “novo marco regulatório do Pré-Sal, que tira a obrigatoriedade de participação da Petrobrás e abre espaço para empresas estrangeiras”. E a Shell não perdeu tempo, tanto assim que um dos prepostos da empresa no Brasil já se reuniu com Temer e está a anunciar altos investimentos por aqui.

Como empresas como a Shell não arriscam, só decidem investir em algum país quando as autoridades locais facilitam o lucro.

É o que prometeu a equipe de Temer às multinacionais do setor, que já se sentiam estimuladas desde que o parceiro da Chevron, o atual ministro José Serra, quando era senador apresentou o projeto de favorecimento das empresas petrolíferas debilitando o poder da Petrobrás na área do pré-sal.

Na verdade, os seis meses do governo golpista de Michel Temer levaram o Brasil a um retrocesso de décadas e a depender dos setores que colocaram o atual presidente controlando o país, o retrocesso será ainda mais devastador.

Mas Temer segue com o apoio da mídia conservadora, que mesmo assim começa a preparar o terreno para os setores ainda mais retrógrados e neoliberais que almejam a conquista do poder, tirando o atual golpista do governo, numa repetição, como farsa, de um golpe dentro de um golpe.

São cada dia mais claros os comentários ainda pequenos, mas num crescendo, admitindo a possibilidade de que daqui a dois ou três meses, ou seja, já em 2017 seja decidida a troca de guarda através de eleição indireta. Não aparecem mais, como a partir de abril de 64, os generais de plantão que se mantiveram no poder a custo de dura repressão aos opositores.

Hoje, os tempos são outros e um retorno dos militares, como nos 21 anos de ditadura que viveu o país, não teria como resistir. Os métodos mudaram, mas em essência a proposta que originou a ascensão do então general Castelo Branco como primeiro ditador está de pé e se reflete nos dias atuais pelos retrocessos das conquistas sociais e redução do poder aquisitivo da maioria da população brasileira.

Hoje não existem mais Roberto Campos ou Otávio Gouveia de Bulhões, os então responsáveis pela economia, para levar adiante o arrocho salarial e os retrocessos sociais, mas outras figuras aparecem, como Henrique Meirelles, para infernizar a vida de amplas parcelas do povo brasileiro.

Mas à medida que os contingentes anestesiados pela lavagem cerebral presente na mídia eletrônica conservadora - leia-se Rede Globo e outras - começam a despertar para a dura realidade, aí o governo golpista, seja de Temer ou outro que surgir numa eventual eleição indireta, sentirá os

efeitos da autodefesa dos que estão perdendo direitos.

É tudo uma questão de tempo e, claro, também dependendo da ação dos movimentos da população em reação ao que está fazendo o atual governo ilegítimo.

Possivelmente tendo clareza de que a reação virá, o governo golpista de Michel Temer e seus aliados tentam de todas as formas seguir iludindo os incautos, como faz agora ao apresentar o vídeo sobre os seis meses de usurpação tentando convencer que tudo está muito melhor.

Então cabe a pergunta: melhor para quem? Melhor no Estado do Rio de Janeiro onde o governo, também do PMDB, é o principal responsável pela falência do Estado e quer parcelar em sete vezes o pagamento do salário dos servidores? É conceder isenção fiscal a empresas que bancaram a campanha eleitoral de Pezão e ainda mais 20 joalherias?

* Mario Augusto Jakobskind é jornalista.

Temer e seus aliados tentam de todas as formas seguir iludindo os incautos



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Samantha Su

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Alunos do ensino médio e das universidades ocupam quase 200 instituições em todo o país na luta contras as reformas e as perdas de direitos

Entenda o que é a Reforma do Ensino Médio de Temer e seus impactos na educação (MP 746/2016)

Por Samantha Su

A Medida Provisória 746/2016, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, propõe o fim da obrigatoriedade de disciplinas como sociologia e filosofia no Ensino Médio. Disciplinas essas que, muitas vezes, só são ministradas durante esse período escolar. Além disso, coloca o ensino de artes e educação física obrigatório apenas até 2018. A proposta, que entrou como medida provisória para ser aprovada ainda esse ano, deslegitima o que foi acordado no Conselho Nacional de Educação.

A MP estabelece também a obrigatoriedade do período integral, de 1.400 horas, para o estudante do ensino mé-

MP 746 prevê o fim da obrigatoriedade das disciplinas de sociologia e filosofia no Ensino Médio e institui o horário integral

dio. Ainda assim, não prevê como o aumento da carga horária vai influenciar nas despesas orçamentárias e nas adaptações estruturais das escolas.

O PSOL entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5599) no Supremo Tribunal Federal. A

ação contesta a MP por ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e complementa: "A inconstitucionalidade material se dá pela obrigatoriedade do período integral, que contraria o direito à educação garantido pela Constituição", diz a ação. "Como no ensino médio muitos alunos já estão no mercado de trabalho, o período integral sem políticas públicas de permanência retira dos estudantes a possibilidade de se sustentar e estudar", justifica a ADI.

Outra modificação prevista é a contratação por "Notório saber" de profissionais da educação. Isso possibilita a contratação de profissionais de nível técnico para ministrar aulas de licenciatura, mesmo sem um currículo pe-

dagógico na área da educação.

Diversos movimentos sociais têm sido contrários à MP por considerar que ela viola a garantia de direitos previstos na constituição e amplia o nível técnico em detrimento do nível superior. Em todo o Brasil, estudantes secundaristas já ocupam 198 escolas contra a MP 746 e a PEC 55, que congela os gastos sociais em 20 anos. Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), caso a PEC 241 seja aprovada, a educação deve perder R\$58 bilhões de investimentos para a manutenção da rede pública ao longo de dez anos. Os prejuízos, ainda segundo a Undime, podem triplicar até o fim do período previsto na PEC.

FNDC lança campanha contra ataques de Temer a 'vozes dissonantes'

Para OEA, intervenções de Temer na EBC comprometem ferramenta de democratização da mídia

Lançada no dia 26 de outubro pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a 17ª edição da revista *Mídia com Democracia*, disponível em versão on-line, traça um painel do momento atual dos meios tradicionais de comunicação do país e sua relação com a conjuntura política, econômica e social, além de um balanço dos 25 anos de atuação do Fórum e do lançamento de uma campanha em defesa da liberdade de expressão.

A matéria de capa – Liberdade de expressão em tempos de golpe – analisa que papel passou a desempenhar a chamada grande mídia, depois do Congresso cassar o mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), levando seu vice, Michel Temer (PMDB), ao poder. “Ataques à mídia alternativa, pro-

cessos judiciais para calar comunicadores, intervenção na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e ações para intimidar a livre expressão do pensamento dão a tônica do viés autoritário do governo golpista”, destaca o texto, assinado pelo jornalista Felipe Bianchi.

Em contraponto ao que chama de “ataque às vozes dissonantes”, o FNDC lança a campanha *Calar Jamais*. A publicação traz entrevista com Edison Lanza, relator para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA), para quem o caso brasilei-

ro é quase único no mundo atual.

“O cenário de concentração dos meios no Brasil é histórico, ou seja, não podemos simplesmente pegar uma radiografia atual deste cenário e compará-la com a de outras democracias. O caso é que praticamente não existiu nenhum tipo de regula-

ção quanto à propriedade, controle, pluralismo e diversidade dos meios de comunicação no Brasil, o que é algo bem comum em outras democracias consolidadas”, afirma Lanza.

O FNDC defende, com a falta de ação dos governos no sentido de regulamentação dos meios

de comunicação, a Lei da Mídia Democrática, um projeto de iniciativa popular que propõe a democratização e a pluralidade das cadeias de rádio e TV no país. Entretanto, com a ascensão de Temer e de uma lógica política em favor das empresas, as possibilidades ficam mais distantes.

É o caso da EBC, que vem sofrendo sucessivos ataques do governo Temer. A revista aborda o retrocesso que essa conduta representa no campo da democratização da mídia no país. “Enxergamos a EBC como importante ferramenta de fortalecimento do sistema público de comunicação. A sua autonomia e independência, porém, estão gravemente ameaçadas. A dissolução do Conselho Curador é um dos sintomas mais graves dessa intervenção”, afirmou o especialista da OEA.

“**Enxergamos a EBC como importante ferramenta de fortalecimento do sistema público de comunicação. A sua autonomia e independência, porém, estão gravemente ameaçadas**”

Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e
conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Engenheiras e engenheiros se reuniram no Salão Nobre do Fluminense para lembrar o histórico de lutas do Sindicato



Eliomar Coelho e o presidente do Senge Olímpio Alves



O diretor Clovis Nascimento



O deputado Wadih Damous e o vereador Reimont



A diretora Virgínia Brandão



Engenheiras que participaram da 3ª Copa Senge

85 anos de história

Papel da engenharia nas lutas do Brasil foi discutido na celebração realizada no dia 04 de novembro

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) celebrou, no dia 04 de novembro, 85 anos de história. A cerimônia, realizada no Salão Nobre do Fluminense Football Clube, nas Laranjeiras, contou com a presença da diretoria, representantes sindicais, funcionários, parceiros, políticos e representantes de movimentos sociais.

Durante a cerimônia, os presentes destacaram a situação política do país, com o presidente golpista Michel Temer e os projetos em curso para retirar direitos do cidadão, como a PEC 55, que prevê o congelamento de gastos em saúde e educação por 20 anos. Para o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, os engenheiros são fundamentais nessa luta.

“Fazer 85 anos não é fazer 85 dias. É uma longa jornada. O SENGE-RJ sempre foi importante nas lutas de construção desse país, que está ainda a construir. Nesse momento, não vamos faltar em hipótese alguma nessa luta. Não vamos abrir mão dessa luta”, defende Olímpio.

“São 85 anos de uma história que nos orgulha muito. Estamos atravessando um momento muito difícil da política

brasileira, mas o Sindicato dos Engenheiros continua na trincheira, participando da luta pela redemocratização do Brasil, pela conquista de mais direitos para a classe trabalhadora. Não vamos admitir nenhuma perda. Vamos continuar a trajetória do SENGE-RJ que nesses 85 anos tem muito nos orgulhado. Fazer parte dessa equipe que continua trabalhando em prol da coletividade brasileira é fundamental. A participação dos engenheiros e engenheiras no Brasil que queremos é fundamental”, completa Clovis Nascimento, vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Fisenge.

Para a diretora Virgínia Brandão, é preciso discutir o papel das mulheres na engenharia.

“A mulher engenheira não teve quase espaço. Nós tivemos que lutar por ele. É tudo muito difícil para a mulher, primeiro na educação, que a família apoie que a mulher vá estudar engenharia. Na faculdade, hoje em dia tem mais meninas, mas na minha época nós éramos bem poucas. Em geral, a mulher é muito forte porque enfrenta todas essas dificuldades, em um meio com muitos homens que, geralmente, são muito machistas”, defende Virgínia, que faz

parte do Coletivo de Mulheres da Fisenge.

Para a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), o SENGE-RJ nunca se limitou a uma luta puramente corporativa.

“Ele sempre avançou além de uma luta específica da categoria. O SENGE-RJ trabalha muito a questão da soberania nacional e das empresas públicas. Esse Sindicato sempre cumpriu e continuará cumprindo um papel muito importante”, afirma.

A jornalista Claudia Santiago Gianotti, uma das fundadoras do Núcleo Piratininga de Comunicação, concorda:

“O SENGE-RJ tem uma história de luta, uma história bonita de resistência e de preocupação com os interesses gerais da sociedade. Nunca se prendeu à defesa apenas dos interesses da categoria. É um sindicato aberto, que se preocupa com uma vida melhor para cidade e para os trabalhadores em geral. Em um momento em que os trabalhadores sofrem um tremendo ataque nos seus direitos, a importância desse sindicato se torna ainda maior. Tenho certeza que o SENGE-RJ, junto com a Fisenge, vai cumprir esse papel de resistência contra a entrega dos direitos”, afirma Claudia.

Privatização da Eletrobras ameaça 7.500 empregos

Concessionárias de energia de seis estados do Norte e Nordeste devem ser as primeiras a serem atingidas pela aprovação da MP do setor elétrico

Por Cristiane Sampaio, para o Brasil de Fato

A Medida Provisória (MP) 735/2016, aprovada pelo Senado no dia 19 de outubro, vem preocupando funcionários de empresas do setor elétrico. O dispositivo, que altera regras do segmento, facilita processos de privatização, diminui a burocracia em leilões, reduz custos da União com subsídios a concessionárias e ainda permite a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas, abrindo caminho para a privatização da Eletrobras.

A companhia lidera um sistema de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia pelo país, incluindo empresas como Chesf, Eletronorte e Furnas, por exemplo.

Segundo projetam as articulações governistas, as concessionárias de energia de seis estados das regiões Norte e Nordeste (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí) devem ser as primeiras a vivenciar o processo de desestatização, o que tende a comprometer um total de 7.500 empregos, segundo dados da

Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que congrega sindicatos do setor.

ARTICULAÇÕES

Durante as discussões no Senado foram feitas algumas alterações na MP, uma delas proposta pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), no intuito de preservar todos os empregos dos funcionários. No entanto, o relator da medida, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acertou apenas parcialmente a proposta e, após acordos com o governo, o

texto incluiu a manutenção de 70% do quadro durante os três primeiros anos de privatização.

Com isso, os funcionários enfrentam um clima de receio e insegurança em relação ao trabalho. "Está muito ruim pra gente. Há um clima de preocupação, tensão e tristeza, porque já temos conhecimento do que acontece quando uma empresa é privatizada", diz Francisco Marques, da direção do Sindicato dos Urbanitários do Piauí (Sintepi), que representa os funcionários da companhia no estado.

Presidente da Eletrobras reafirma privatizações e deixa incertos os planos para o setor elétrico

Por Fisenge

O Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) se reuniu no dia 25 de outubro com o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, para discutir os planos de reestruturação das empresas da holding e cobrar compromissos na relação com os trabalhadores do setor elétrico federal. Gunter Angelkorte, diretor da Fisenge, esteve presente no encontro realizado na sede da Eletrobras, no Rio de Janeiro.

Segundo Gunter, Ferreira Jr. informou que prosseguirá com os planos de privatizar as distribuidoras de energia hoje controladas pela Eletrobras (o processo já está em curso desde o governo Dilma, com a venda da Celg-D, de Goiás, adiada e prevista para ainda este ano), mas também quer vender as participações nas empresas com ações mino-

ritárias. O executivo havia assumido a presidência da Eletrobras em julho com o discurso de que não venderia ativos além das distribuidoras de energia. "As chamadas Sociedades de Propósito Específico (SPE) são todas empresas com esta configuração, inclusive por determinação legal, e são criadas em parceria com o setor privado com objetivo único, como a realização de uma obra. Logo, o objetivo da atual gestão é se desfazer de todas as SPEs", critica Gunter. Segundo a Folha de S. Paulo, atualmente a Eletrobras participa de 174 SPEs, e Ferreira Jr. pretende arrecadar R\$20 bilhões com a venda desses ativos.

Há um mês, o presidente afirmou à imprensa que a Eletrobras era ineficiente em todas as atividades que operava. Os trabalhadores cobraram do presidente explicações sobre esta declaração, uma vez que,

indiretamente, ela atinge todos os empregados do setor elétrico federal. "Ferreira Jr. tentou se justificar dizendo que não se referia aos trabalhadores e que foi mal interpretado, talvez ignorando que a empresa não é uma pessoa, um organismo autônomo. Essa declaração ofende diretamente os trabalhadores que lutam para que a Eletrobras cumpra seu papel social", diz Gunter.

A avaliação coletiva é de que, apesar de sinalizar que irá continuar com as privatizações, Ferreira Jr. não esclareceu de que forma isso será feito nem como os trabalhadores serão tratados nesta reestruturação. "É o filme que já vimos no passado: o 'privatista' não informa o que vai fazer, não discute, não debate. Simplesmente age. É uma prática que não admite diálogo", critica Gunter. "A mensagem que as entidades sindicais têm para os

trabalhadores é simples: temos de nos mobilizar para disputar o discurso da privatização, questionando sua legitimidade. Não podemos simplesmente aceitar o discurso privatista, que inclusive é preconceituoso, ao buscar dividir os trabalhadores entre 'velhos' e 'novos', como se os trabalhadores mais antigos tivessem de ir pra casa. A atual gestão pretende unificar diversas áreas administrativas e isso vai gerar desemprego, porque não haverá vagas para todos os trabalhadores", alerta o diretor da Fisenge.

Os dirigentes sindicais informaram que irão entregar documento à presidência da Eletrobras com as posições dos trabalhadores sobre estas questões. Segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a expectativa é que uma nova reunião seja marcada em novembro, com a retomada da discussão da PLR 2015.



Foto: Arquivo

O engenheiro Jorge Saraiva falou sobre políticas de transporte público e lutas urbanas

Diretor do SENGE-RJ participa de debates em Quito

Jorge Saraiva participou do evento "Resistencia Habitat III", que discute lutas urbanas

O diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva foi um dos palestrantes do Resistencia Habitat III, evento realizado em Quito, no Equador, em outubro, com o objetivo de discutir as lutas urbanas atuais. Saraiva participou das mesas "Lutas urbanas no Rio de Janeiro Olímpico – Trocando experiências e tecendo perspectivas" e "Assistência Técnica na luta por transporte público", realizadas em paralelo ao evento. Nesta última, o engenheiro especializado em transporte defendeu que a forma eficaz de qualificar as demandas dos movimentos sociais é produzir e divulgar informações a partir de estudos técnicos. Na mesa de debate, ele apresentou estudos sobre a reabilitação dos ramais ferroviários em áreas periféricas e populares e sobre os impactos da tarifa dos ônibus no Rio de Janeiro, pauta que motivou os protestos em junho de 2013.

"O básico de um transporte público é ele se adequar ao custo e à capacidade da região", explica Saraiva. "Onde tem mais demanda, você pode colocar transporte por trilho, como trem e metrô. Mas em locais menores, o transporte rodoviário é suficiente. Não é o que acontece no Rio de Janeiro, onde precisaríamos investir em transporte

sobre trilho, mas apenas o rodoviário é priorizado e ele não atende às necessidades da população".

O EVENTO

Para Saraiva, o evento é interessante pelo intercâmbio com movimentos sociais de outros países. "Conhecemos muitas pessoas do México, por exemplo. Lá, a situação ficou muito ruim com as privatizações", conta.

Ele, no entanto, afirma que, por ser feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), os movimentos sociais quase não têm espaço. "Eles não estão inseridos na discussão", critica.

A Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável acontece a cada 20 anos. A primeira (Habitat I) foi realizada em 1976, em Vancouver, no Canadá. O evento resultou na "Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos", documento que resume as principais questões tratadas no encontro. Esta declaração também apresenta um plano de ação aprovado no Habitat I, com 64 recomendações de ações nacionais para promover políticas adequadas nos âmbitos locais e regionais, urbanos e rurais. A segunda (Habitat II) foi realizada em Istambul, em 1996.

Definido o tema do 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

"Resistir! Em defesa da engenharia e da soberania nacional" é o tema central definido para o 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge)

"Resistir! Em defesa da engenharia e da soberania nacional" é o tema central definido para o 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). A decisão foi aprovada durante a reunião do Conselho Deliberativo da Fisenge, realizada no dia 14/10. Os outros temas escolhidos foram "Proteção social e do trabalho" e "O desenvolvimento e a soberania

ensino da engenharia; organização e formação sindical; terceirização; pejotização; fortalecimento do Estado brasileiro; políticas públicas e o papel da engenharia para o desenvolvimento sustentável. "O Fórum de Estudantes é uma iniciativa fundamental, porque dialoga com as futuras engenheiras e os futuros engenheiros. O Consenge é um espaço que busca a construção de

“É preciso fortalecer a resistência e lutar pela manutenção dos postos de trabalho, pelos direitos trabalhistas e sociais, pela democracia e pela engenharia brasileira”, afirmou Clovis.

De acordo com o presidente da Fisenge, o engenheiro Clovis Nascimento, o tema central tem o objetivo de refletir o momento de resistência à agenda de retirada de direitos e de ataque à engenharia nacional. "Retrocessos, retirada de direitos trabalhistas e sociais, narrativas de ódio e destruição da engenharia nacional são alguns dos fatores que estão permeando o atual momento histórico no Brasil. É preciso fortalecer a resistência e lutar pela manutenção dos postos de trabalho, pelos direitos trabalhistas e sociais, pela democracia e pela engenharia brasileira", afirmou Clovis.

Pela segunda vez, irá acontecer o Fórum de Estudantes com programação própria e com política de paridade de gênero. O congresso também irá abordar em seus subtemas questões sobre recursos naturais;

soluções conjuntas para os problemas da sociedade como a igualdade e defesa dos direitos, a maternidade no mundo do trabalho e no ambiente universitário, novas construções sociais a respeito do feminino e do masculino, o enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades e o desequilíbrio de poder nas relações de trabalho", disse a diretora da mulher da Fisenge, a engenheira Simone Baía.

Em todos os temas e subtemas, a questão de gênero será transversalizada nos debates e nas formulações com o objetivo de promover políticas específicas de gênero e sensibilizar as pessoas acerca da temática. O 11º Consenge irá acontecer, em Curitiba (PR), entre os dias 6 e 9 de setembro de 2017, e conta com a estimativa de público de 300 profissionais e lideranças sindicais.

Fisenge ganha prêmio pelo projeto Engenheira Eugênia

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) obteve o primeiro lugar na categoria “Cidadã” do 7º Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com as histórias em quadrinhos da Engenheira Eugênia

Fonte: Fisenge

A série de quadrinhos Engenheira Eugênia, da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), foi a primeira colocada na categoria Cidadã, da sétima edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho,

em decisão do júri divulgada no dia 9 de novembro. De acordo com o regulamento da premiação, o vencedor de cada categoria receberá uma estatueta inspirada no “Cilindro de Ciro” e um prêmio de R\$ 10 mil. A cerimônia de premiação será em 24 de novembro, no Museu de Arte do Rio (MAR).



Confira abaixo o texto da engenheira química e diretora da mulher, Simone Baía:

Ganhamos! Um prêmio por, pelas e para as mulheres! A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) venceu, em primeiro lugar na categoria “Cidadã” do 7º Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com as histórias em quadrinhos da Engenheira Eugênia. Nessa edição, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho recebeu 188 inscrições. O projeto “Engenheira Eugênia” surgiu no Dia Internacional da Mulher (8/3) de 2013, com o objetivo de pautar questões sobre direitos humanos. Os quadrinhos já retrataram temas como direitos trabalhistas e sociais, privatizações, terceirizações, racismo, transfobia, violência, entre outros. Também foi formulada para problematizar questões de gênero numa categoria majoritariamente masculina e

ampliar o debate para toda a sociedade. A personagem Eugênia é uma mulher negra, engenheira de 40 anos com 15 de trabalho em uma empresa pública, é recém-divorciada e tem dois filhos: uma pré-adolescente e um menino de 9 anos. Esta é uma das ações do Coletivo de Mulheres da Fisenge, organizado por engenheiras de 12 sindicatos no país (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte (exclusivamente de agrônomos), Rondônia, Santa Catarina (exclusivamente de agrônomos), Sergipe e no município de Volta Redonda (RJ)).

Receber esse prêmio demonstra a importância da disputa de narrativas em todos os espaços, nas ruas, nos locais de trabalho e também na comunicação. A Fisenge investe na comunicação sindical

como um dos pilares estratégicos de sua organização. Nós, mulheres, nos apropriamos das novas formas de comunicação para pautar questões de gênero e de toda a sociedade. E, principalmente, promover empoderamento, pertencimento e visibilidade dos direitos das mulheres. Construimos, ao lado de uma equipe de trabalhadores de comunicação da Fisenge, uma narrativa inclusiva que se propõe a fortalecer o diálogo e o avanço da luta de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores.

Ao contrário da mídia privada, a nossa comunicação sindical tem o cuidado de promover o protagonismo das mulheres, garantindo representatividade em falas, imagens, vídeos, fotografias, quadrinhos e campanhas. Esse não é um prêmio apenas da Fisenge. É um prêmio dedicado a todas as mulheres desse país.

Brasileiras que lutam todos os dias em seus lares, nas universidades, nas escolas, no mercado de trabalho e nas ruas. Brasileiras que enfrentam combates sistêmicos e diários. Combates que exigem sacrifícios nas famílias, vida pessoal, acadêmica e profissional. Sacrifícios que são frutos da generosidade do sonho de mulheres pelo fim das violências físicas e simbólicas, pelo fim do machismo e pela aspiração de uma sociedade fraterna, solidária e igualitária. A nossa luta é todo dia. Muito obrigada a todas as mulheres, ao Coletivo de Mulheres da Fisenge, a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Federação, à Diretoria da Fisenge e a todas as pessoas que acreditaram e acreditam no nosso projeto. Muito obrigada!

• Simone Baía,
Engenheira química e Diretora da Mulher da Fisenge



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br